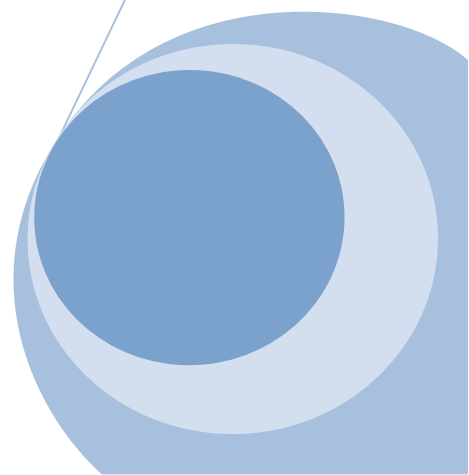


Relatório de Gestão Estratégica 2019

Salvador – BA
abril/2020



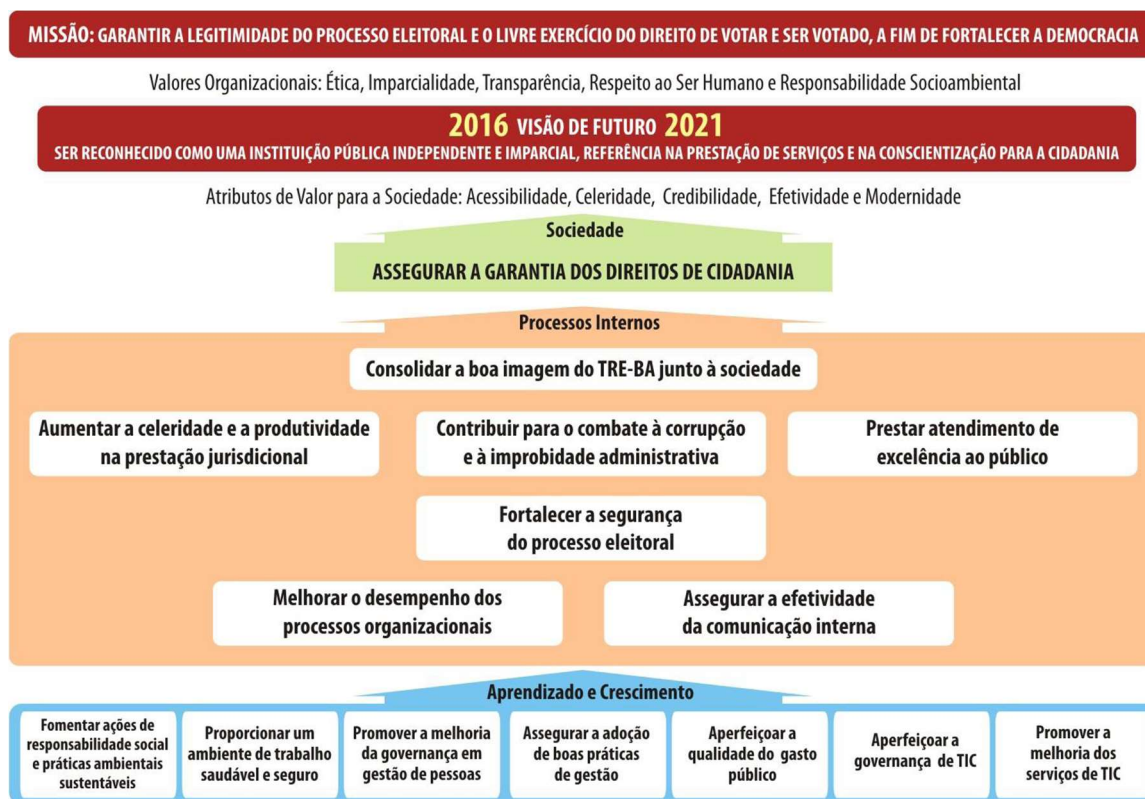
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório tem por objetivo apresentar o desempenho do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) no ano de 2019, frente aos objetivos estratégicos institucionais definidos no Planejamento Estratégico do órgão para o ciclo 2016-2021. O referido Planejamento foi instituído pela Resolução Administrativa do TRE-BA nº 14, de 14 de dezembro de 2015.

O resultado do monitoramento foi submetido à apreciação e deliberação do Conselho de Governança, conforme Resolução Administrativa n.º 33, de 16 de dezembro de 2019, na I Reunião de Análise da Estratégia de 2020, realizada em 11 de fevereiro de 2020.

2 ESTRATÉGIA DO TRE-BA

O Planejamento Estratégico do TRE-BA compõe-se de 15 (quinze) objetivos distribuídos nas perspectivas *Sociedade*, *Processos Internos* e *Aprendizado e Crescimento*, com base na metodologia *Balanced Scorecard*¹, conforme mapa estratégico ilustrado na figura abaixo.



Foram selecionados 41 (quarenta e um) indicadores² de desempenho estratégico, com suas respectivas metas, que sinalizarão o monitoramento da estratégia do TRE-BA para o ciclo 2016-2021. Definiram-se também os 21 (vinte um) projetos estratégicos priorizados para 2019.

¹ Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos Robert S. Kaplan e David P. Norton em 1992.

² Esclarecemos que os indicadores que possuem medição no 1º e 2º Graus foram considerados como 2 (dois) indicadores. Assim, os indicadores 4, 5, 6, 7, 8, 9NE, 9PP estão sendo contados como 14 (quatorze) indicadores.

3 ANÁLISE DE DESEMPENHO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A seguir, considerando os resultados dos indicadores relacionados a cada um dos objetivos, apresenta-se o desempenho dos objetivos estratégicos do TRE-BA em 2019:

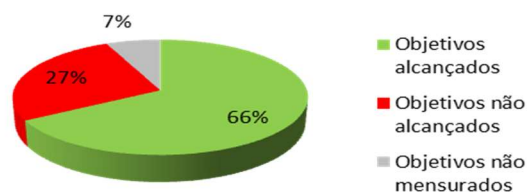


LEGENDA:

■ Ótimo ■ Não mensurado ■ Crítico

Da análise geral do desempenho da Estratégia Institucional em 2019, verifica-se que 10 (dez) objetivos alcançaram os resultados propostos para o período, 4 (quatro) não atingiram as metas estabelecidas e 1 (um) não foi mensurado, como pode ser visualizado no gráfico abaixo.

Desempenho dos Objetivos Estratégicos 2019



Dos 36 (trinta e seis) indicadores medidos, 27 (vinte e sete) tiveram percentual de alcance da meta igual ou maior a 99,5%, o que equivale a 75% do total; e 9 (nove) não tiveram suas metas atingidas, o que corresponde a 25% do total.

Ainda, 3 (três) indicadores não foram mensurados, dos quais 2 (dois) só são medidos em anos eleitorais e 1 (um) relacionado ao PQVT, que teve o programa instituído no final de 2019, de modo que não houve tempo hábil para iniciar seu plano de ação nem houve condições de medir o indicador a ele relacionado. Há, também, 2 (dois) indicadores que estão com metas em construção.

Com relação aos projetos estratégicos, observa-se que, dos 21 (vinte e um) projetos priorizados em 2019, ao final do ano, 17 (dezessete) estavam com andamento normal; 2 (dois) estavam com atrasos não considerados críticos (PLANOP e Servidor 2.0); e 2 (dois) foram concluídos ao longo de 2019 (Nova Intranet e Busca Jus).

Nº	PROJETO	FAROL DO TEMPO
p1	Melhores Práticas	
p4	Desdobramento da Estratégia	
p6.1	PQVT - Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor	
p6.4	PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho	
p6.5	PQVT - Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde	
p7	Governança em Gestão de Pessoas	
p8	Gestão por Competência	
p10	Dimensionamento da Força de Trabalho	
p14	Melhor acessibilidade	
P18	Sistema GEORFI	
p19	PLANOP	
p21	Nova Intranet	
p22	Servidor 2.0 - (incorporou o p6.3 - PQVT - Aprimoramento da Comunicação Interna)	
p24	Evolução da Maturidade dos Processos (incorporou o p6.2 - PQVT- Organização Humanizada do Trabalho)	
p25	Biometria na Bahia	
p27.1	Justiça em Dia 1º Grau de Jurisdição	
p27.2	Justiça em Dia 2º Grau de Jurisdição	
p28	Busca Jus	
p29	Ética no TRE-BA	
p30	TRE-BA em Rede	
p31	Fala, Cidadão!	

LEGENDA:

- Andamento normal
- Atrasos não considerados críticos
- Projetos Concluídos

3.1 ANÁLISE DE DESEMPENHO DOS INDICADORES

Para avaliar o alcance dos objetivos estratégicos, foi considerada a média das pontuações obtidas do conjunto de indicadores relacionados a cada um dos objetivos, conforme tabelas abaixo:

ANÁLISE DE DESEMPENHO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS AO FINAL DO EXERCÍCIO			
1. PONTUAÇÃO DOS INDICADORES		2. MÉDIA DOS PONTOS	
Cor	Pontuação	Resultado	Cor do Objetivo
	1 ponto		1,00 a 1,50
	2 pontos		1,51 a 2,00
	0 pontos/não entra no cálculo		

ASSEGURAR A GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA	2016		2017		2018		2019	
Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i1 - Taxa de atendimento às metas de cidadania	Não mensurado		Não mensurado		55%	72%	60%	80%
CONSOLIDAR A BOA IMAGEM DO TRE-BA JUNTO À SOCIEDADE	2016		2017		2018		2019	
Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i2 - Taxa de Confiança no TRE-BA	Aplicar e tabular pesquisa	100%	Não aplicável (Bienal)		65%	63,21%	Não aplicável (Bienal)	
i3 - Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA	24	225	6	52	250	288	75	124
i34 - Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral	Não existente		Não existente		Não existente		80	100
AUMENTAR A CELERIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	2016		2017		2018		2019	
Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i4 - Taxa de Congestionamento de Processos Judiciais (1º Grau)	até 42%	60,62%	Até 35%	58,31	Até 30 %	35,15%	30%	1,54%
i4 - Taxa de Congestionamento de Processos Judiciais (2º Grau)	Até 15%	15,01%	Até 20%	13,66%	Até 20%	4,03%	20%	5,41%
i5 - Taxa de agilidade no julgamento (1º Grau)	15%	43,84%	25%	51,22%	35%	75,02%	50%	91,27%

i5 - Taxa de agilidade no julgamento(2º grau)	35%	97,73%	40%	94,56%	98%	97,19%	95%	97,05%
i6 - Taxa de julgamento de processos de conhecimento (1º Grau)	110%	91,18%	101%	117,83%	102%	140,50%	103%	141,56%
i6 - Taxa de julgamento de processos de conhecimento (2º Grau)	110%	92,62%	101%	118,52%	102%	108,69%	101%	101,79%
i7 - Taxa de julgamento de processos antigos (1º Grau)	90%	78,11%	90%	86,71%	90%	109,44%	90%	89,08%
i7 - Taxa de julgamento de processos antigos (2º Grau)	90%	97,80%	90%	90,20%	90%	110,56%	90%	98,91%
CONTRIBUIR PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	2016		2017		2018		2019	
Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
I8 - Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo (1º Grau)	Houve alteração significativa no objeto do indicador para refletir a Meta Nacional nº 4 do CNJ		Houve alteração significativa no objeto do indicador para refletir a Meta Nacional nº 4 do CNJ		Houve alteração significativa no objeto do indicador para refletir a Meta Nacional nº 4 do CNJ		90%	64,22%
I8 - Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo (2º Grau)	Houve alteração significativa no objeto do indicador para refletir a Meta Nacional nº 4 do CNJ		Houve alteração significativa no objeto do indicador para refletir a Meta Nacional nº 4 do CNJ		Houve alteração significativa no objeto do indicador para refletir a Meta Nacional nº 4 do CNJ		A - 90%	100%
	Houve alteração significativa no objeto do indicador para refletir a Meta Nacional nº 4 do CNJ		Houve alteração significativa no objeto do indicador para refletir a Meta Nacional nº 4 do CNJ		Houve alteração significativa no objeto do indicador para refletir a Meta Nacional nº 4 do CNJ		B - 75%	100%
I9CAMP - Taxa de julgamento de prestação de contas de campanha de partidos políticos (2º Grau)	Não existente		Não aplicável		Não aplicável		100%	100%

I9PP - Prestações de contas de partidos políticos (1º Grau)	Não existente		Em construção		Em construção		Em construção	
I9PP - Prestações de contas de partidos políticos (2º Grau)	Em construção		45%	39,19%	42%	91,92	100%	100%
i9NE - Taxa de julgamento de prestações de contas de candidatos não eleitos (1º Grau)	Não existente		Em construção		Em construção		Em construção	
i9NE - Taxa de julgamento de prestações de contas de candidatos não eleitos (2º Grau)	Não existente		Em construção		Não aplicável		100%	100%
i10 - Número de ações de promoção de valores éticos	2	Suspenso	4	Suspenso	2	6	4	4
PRESTAR ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA AO PÚBLICO	2016		2017		2018		2019	
Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i11 - Taxa de satisfação dos clientes	85%	69,19%	86%	79,89%	87%	86,84%	88%	92,99%
FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	2016		2017		2018		2019	
indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i12 - Taxa de eleitores com cadastro biometrico	15%	13,91%	40%	44,67%	50%	66,54%	82%	90,93%
MELHORAR O DESEMPENHO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	2016		2017		2018		2019	
indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado

i13 - Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade	Não mensurado		21,42%	14,28%	50%	43%	66,60%	64,28%
ASSEGURAR A EFETIVIDADE DA COMUNICAÇÃO INTERNA	2016		2017		2018		2019	
Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i14 - Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas	58%	Não mensurado	61%	93%	Não aplicável (Bienal)		67%	94%
FOMENTAR AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS	2016		2017		2018		2019	
indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i15 - Número de adequações de instalações físicas às normas de acessibilidade	9	0	13	Suspenso	2	1	4	2
i16 - Número de pessoas atingidas por ações sociais	3.500	6.360	2.500	6.346	4.000	7.523	3.000	9.237
i17AS - Número de ações sociais	60	139	50	113	70	119	60	105
i17AA- Número de ações ambientais	Não se aplica		Não se aplica		5	8	12	11
PROPORCIONAR UM AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL E SEGURO	2016		2017		2018		2019	
indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i18 - Taxa de implementação de qualidade de vida no trabalho	Suspenso		Suspenso		Não Mensurado		Não Mensurado	
PROMOVER A MELHORIA DA GOVERNANÇA EM GESTÃO DE PESSOAS	2016		2017		2018		2019	

Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i19 - Taxa de satisfação e motivação do servidor	Não se aplica (Bienal)		50%	47,86%	Não se aplica (Bienal)		Alterada a periodicidade para anos eleitorais.	
i20 - Taxa de Governança de Gestão de Pessoas	40%	44,80%	50%	65,63%	65%	67,65%	80%	83,33%
ASSEGURAR A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO	2016		2017		2018		2019	
Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i21 - Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional	Iniciar o desdobramento	100%	Realizar o desdobramento em 2 unidades (SGP e SAU) e iniciar em 1 unidade (SGA)	66,67%	Finalizar o desdobramento em 1 unidade (SGA) e desdobrar em mais 1 unidade (COPEG)	100%	100%	100%
i22 - Número de ações de gestão de riscos	Não se aplica		4	4	2	18	4	4
APERFEIÇOAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO	2016		2017		2018		2019	
indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i23 - Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)	65%	50,45%	70%	53,35%	75%	52,22%	80%	55,07%
i24 - Taxa de satisfação com a qualidade das contratações	Realizar e tabular pesquisa	Pesquisa não realizada	Realizar e tabular pesquisa	100%	Limpeza: 60% Restaurante: 65%	50%	Limpeza: 70% Restaurante: 70%	50%

i25 - Aderência da execução ao planejamento orçamentário	78%	69,95%	79%	72,56%	80%	77,18%	83%	84,02%
i30 - Taxa de Execução Financeira	Não existente		96%	91,26%	97%	87,61%	93%	92,21
i32 - Taxa de alcance das metas do PLS 2018-2021	Não existente		Não existente		Não existente		50%	75%
APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DE TIC	2016		2017		2018		2019	
Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i27 - Evolução do Índice de governança de TIC do TRE-BA	0,35	Não mensurado	0,38	0,46	0,71	0,76	0,9	0,8
i28 - Número de normas de segurança da informação instituídas	1	1	2	3	1	7	2	3
PROMOVER A MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TIC	2016		2017		2018		2019	
Indicadores associados	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i29 - Taxa de cumprimento das metas do PETI	80%	Não mensurado	85%	Não mensurado	89%	50%	94%	62,50%

3.2. GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A seguir, apresenta-se uma análise dos 15 (quinze) objetivos estratégicos, à vista dos resultados obtidos em 2019, das justificativas para o cumprimento ou não das metas propostas, bem assim dos desafios vislumbrados para o futuro.

Vale ressaltar que o objetivo estratégico “Assegurar a garantia dos direitos de cidadania” é analisado de uma forma diferenciada, visto que seu indicador *il – Taxa de atendimento às metas de cidadania* é reflexo do desempenho de 20 (vinte) indicadores, relacionados a outros 5 (cinco) objetivos estratégicos: “Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional”, “Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa”, “Prestar atendimento de excelência ao público”, “Fortalecer a segurança do processo eleitoral” e “Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis”.

Assegurar a garantia dos direitos de cidadania

Resultados alcançados

Seu resultado é analisado de acordo com o desempenho de 5 (cinco) outros objetivos estratégicos: “Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional”, “Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa”, “Prestar atendimento de excelência ao público”, “Fortalecer a segurança do processo eleitoral” e “Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis”. É mensurado pelo indicador i1 - “Taxa de atendimento às metas de cidadania”, que alcançou o resultado de 80%, superando a meta estabelecida para o exercício, que era de 60%. Dos 20 indicadores que repercutem no indicador i1, 16 alcançaram suas metas e 4 não.

Descrição do Objetivo

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos de cidadania em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrador (usuários dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão –contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

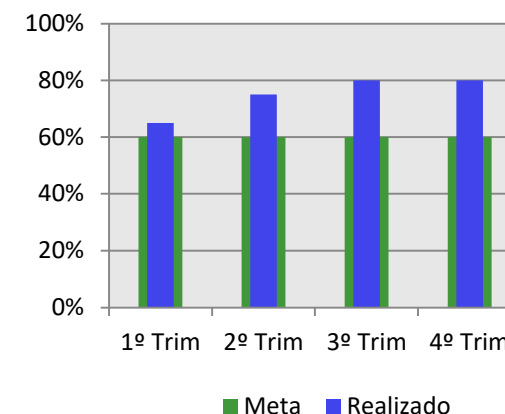
Indicador i1 – Taxa de atendimento às metas de cidadania

O desempenho do i1 “Taxa de atendimento às metas de cidadania” é reflexo dos seguintes indicadores:

- i4 – Taxa de congestionamento de processos judiciais (1º e 2º graus)
- i5- -Taxa de agilidade no julgamento (1º e 2º graus)
- i6 - Taxa de julgamento de processos de conhecimento(1º e 2º graus)
- i7 - Taxa de julgamento de processos antigos (1º e 2º graus)
- i8 - Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo (1º e 2º graus)
- i9NE - Taxa de julgamento de prestações de contas dos candidatos não eleitos (2º grau)
- i9CAMP – Taxa de julgamento de prestação contas de campanha de partidos políticos (2º grau)
- i9PP – Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos (2º grau)
- i10 - Número de ações de promoção de valores éticos
- i11 - Taxa de satisfação dos clientes
- i12 - Taxa de eleitores com cadastro biométrico
- i15 – Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade
- i16 - Número de pessoas atingidas por ações sociais
- i17AS - Número de ações socioambientais (Social)
- i17AA – Número de ações socioambientais (Ambiental)

Indicadores de desempenho:

i1 –Taxa de atendimento às metas de cidadania



INDICADOR i1							
I4 CRE	I4 SJU	I5 CRE	I5 SJU	I6 CRE	I6 SJU	I7 CRE	I7 SJU
I8 CRE	I8 SJU	I9CAMP	I9NE	I9PP	i10		
I11							
I12							
I15	I16	I17 AS	I17 AA				
Meta atingida				Meta não atingida			

Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade



Problemas a serem tratados

- Deficiência de informação da sociedade quanto ao papel da Justiça Eleitoral
- Associação da atuação da Justiça Eleitoral ao comportamento dos políticos
- Desconfiança da sociedade quanto à segurança da urna eletrônica
- Imagem generalizada de ineficiência do serviço público
- Maior demanda da população por qualidade e transparência do serviço público
- Exigências dos órgãos de controle.



Prioridades estabelecidas

- Disponibilizar informações institucionais de forma abrangente, clara e tempestiva para a sociedade
- Estabelecer ferramentas e padrões de comunicação externa
- Cumprir as determinações da Resolução CNJ n.º 265, de 09/10/2018 e da LAI
- Realizar campanhas de esclarecimento à sociedade relacionadas ao papel da Justiça Eleitoral e ao funcionamento da urna eletrônica
- Ampliar canais de comunicação com a sociedade.



Resultados alcançados

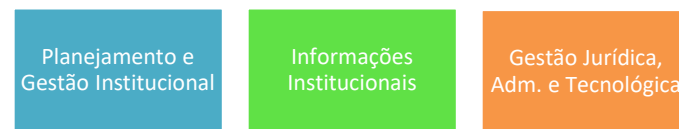
- 7º lugar (dentre 93 avaliados) no Ranking da Transparência 2019, com atendimento de 92,62% dos critérios avaliados
- Cumprimento da Meta Específica 2/2019, referente à divulgação do papel da Justiça Eleitoral
- Aumento do quantitativo de seguidores do Tribunal e de interações em suas mídias sociais e canal do Youtube
- Instituição do Programa de Enfrentamento à Desinformação
- Atendimento de 97,27% das demandas solicitadas à Ouvidoria (transparência passiva).

Justificativas para os resultados

Por ser um ano não eleitoral, a meta do i3 foi inferior à de 2018. Contudo, tendo em vista o recadastramento biométrico em 108 Zonas Eleitorais do Estado, o número de entrevistas agendadas com fontes do TRE, para divulgação dos procedimentos, foi significativo. Além dessa providência, contribuíram para o alcance do objetivo as seguintes iniciativas:

- Elaboração de plano de ação para promoção de campanhas de esclarecimento dos eleitores e futuros eleitores acerca do papel da Justiça Eleitoral e do funcionamento da urna eletrônica (Meta Específica 2)
- Continuidade das iniciativas “Diga aí, meu rei”, “Eleições Limpas” e “Ouvidoria Viva” (saiba mais aqui: <https://apps.tre-ba.jus.br/ouvidoria/>)
- Participação em projetos nacionais do TSE, a exemplo do “Fato ou Boato” e “Conheça a Justiça Eleitoral”
- Impulsionamento da TV TRE-BA e das mídias sociais
- Monitoramento continuado do cumprimento das determinações legais relacionadas à transparência e *accountability*
- Realização de 25 audiências públicas para divulgação dos procedimentos de biometria

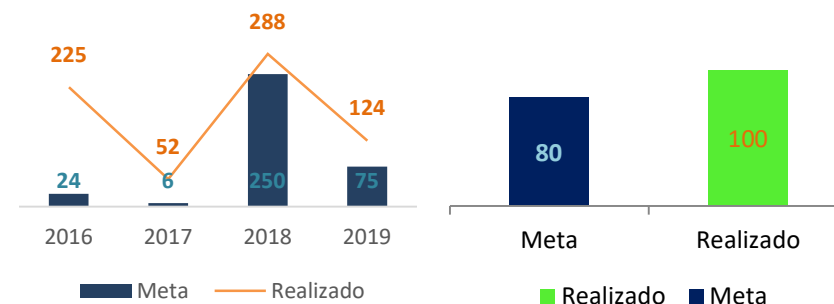
Macroprocessos associados na cadeia de valor



Indicadores de desempenho

i3 – Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA

i34 – Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (Meta Específica nº 2/2019 da JE/CNU)



O objetivo em foco está associado ao projeto:

Em 2019, não houve projeto estratégico específico relacionado ao objetivo em andamento, apesar de ter sido impactado por projetos referentes a outros objetivos (Ex. “Biometria na Bahia”).

Desafios futuros

- Ampliar a promoção de campanhas voltadas ao esclarecimento do eleitor quanto à segurança do processo eleitoral e às competências da Justiça Eleitoral
- Cumprir novamente a Meta Específica n.º 1/2020 da Justiça Eleitoral
- Atuar efetivamente no Combate à desinformação e às *fake News*, especialmente considerando a realização das Eleições 2020
- Continuar com o efetivo monitoramento do cumprimento das normas relacionadas à transparência e evoluir o desempenho em relação ao que é avaliado pelos órgãos de controle nesse aspecto.

Aumentar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional



Problemas a serem tratados

- Tempo de tramitação das ações judiciais superior ao almejado
- Taxa de congestionamento dos processos judiciais superior à almejada
- Sobrecarga de trabalho dos servidores que atuam na área judiciária.



Prioridades estabelecidas

- Melhorar continuamente o processo de prestação jurisdicional
- Informatizar processos judiciais
- Catalogar e tornar acessível a jurisprudência
- Priorizar o atendimento às demandas do 1º grau de jurisdição
- Identificar e equacionar sobrecarga de processos judiciais nas zonas eleitorais
- Atender às metas fixadas pelo CNJ quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (Metas Nacionais 1 e 2).



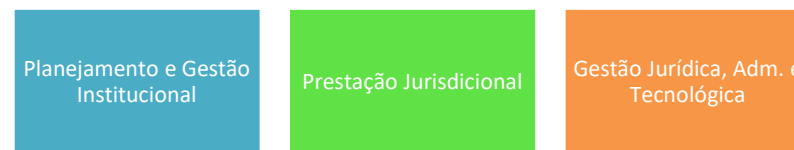
Resultados alcançados

- 142,7% de cumprimento da Meta Nacional n.º 1 (Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)
- 99,3% de cumprimento da Meta Nacional n.º 2 (Identificar e julgar até o final de 2019, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até dez/2017)
- Significativa redução da taxa de congestionamento no 1º Grau
- Mais de 90% de processos julgados em menos de 1 ano em ambos os graus
- Implantação do PJE no 1º Grau (Meta Específica n.º 2/2019).

Justificativas para os resultados

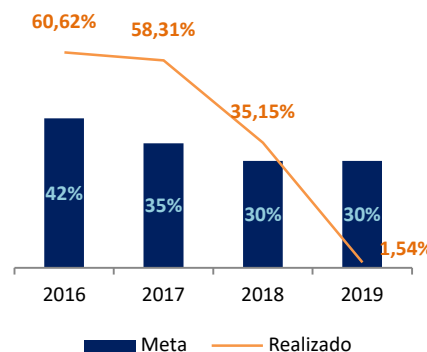
Apesar de o TRE-BA não ter alcançado a Meta Nacional n.º 2, especialmente por conta dos resultados no 1º Grau, entende-se que seu desempenho, no que tange à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, foi excelente, haja vista o quantitativo de processos julgados em menos de 1 ano, o percentual de superação da Meta Nacional n.º 1 e a significativa redução do acervo (principalmente nas Zonas Eleitorais), o que, por mais um ano, deve colocar o Regional Balano dentre os primeiros Tribunais Eleitorais com menor taxa de congestionamento. Tais resultados deveram-se ao monitoramento contínuo realizado pelo órgão, com reuniões mensais de alinhamento, edição de normativo interno com o propósito de garantir maior celeridade na tramitação e instrução dos processos de prestação de contas, mutirões e força tarefa realizados no 1º Grau. Entende-se que o não atingimento da Meta 2 foi ocasionado pela falta de direcionamento específico para cumprimento de cada Meta estabelecida, deficiência dos sistemas utilizados para coleta de estatísticas processuais, além de os processos antigos coincidirem, na maioria das vezes, àqueles que podem importar na perda de mandato eletivo (Meta 4), cujos ritos são mais complexos e demorados.

Macroprocessos associados na cadeia de valor

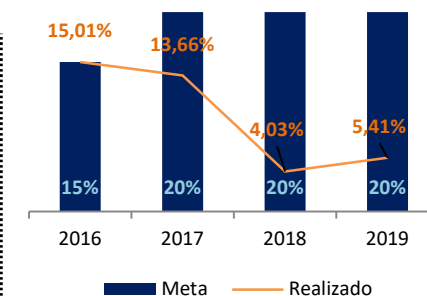


Indicadores de desempenho

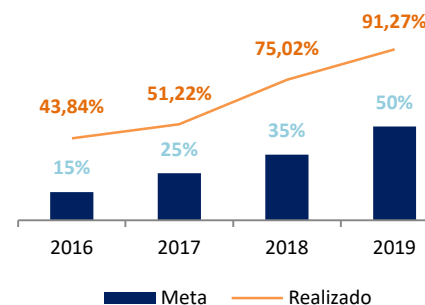
i4 – Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau



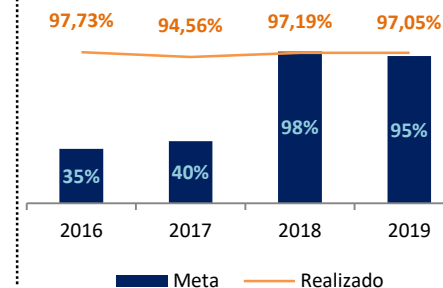
i4 – Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau



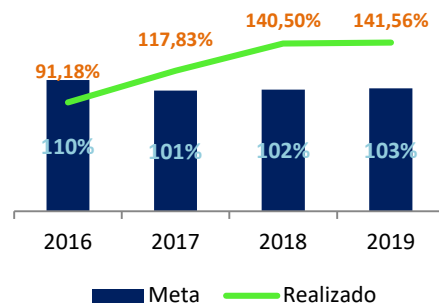
i5 – Taxa de agilidade no Julgamento - 1º grau



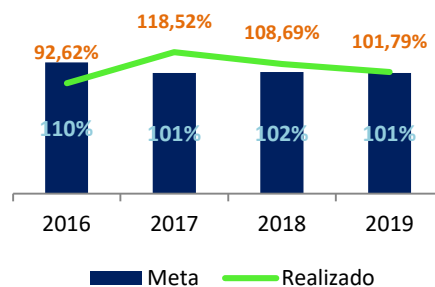
i5 – Taxa de agilidade no Julgamento - 2º grau



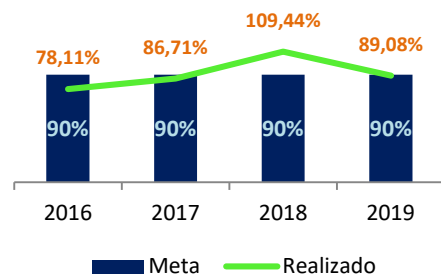
i6 – Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 1º grau (Meta Nacional 1/CNJ)



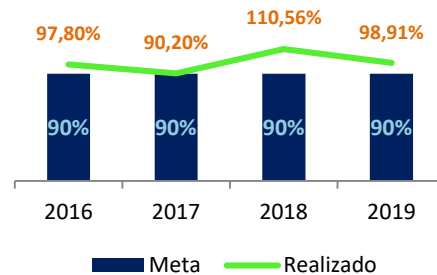
i6 – Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 2º grau (Meta Nacional 1/CNJ)



i7 – Taxa de julgamento de processos antigos - 1º grau (Meta Nacional 2/CNJ)



i7 – Taxa de julgamento de processos antigos - 2º grau (Meta Nacional 2/CNJ)



O objetivo em foco está associado aos projetos:



“p27. Projeto Justiça em Dia”

Resultados dos projetos “27.1. Justiça em Dia 1º Grau” e “p27.2. Justiça em Dia 2º Grau” informados no próximo Objetivo Estratégico.



“p24. Projeto Evolução da Maturidade dos Processos”

Resultados do projeto informados no próximo Objetivo Estratégico.



“p28. Projeto Busca Jus”

Iniciativa que objetiva criar mecanismos eficientes de busca de jurisprudências de interesse do TRE-BA, o projeto encerrou-se no início de 2019 e entregou como resultados o Boletim de Jurisprudência, o Manual de pesquisa de Jurisprudência, além do levantamento das necessidades de apoio em pesquisa de jurisprudência das Zonas Eleitorais e dos gabinetes das Secretarias.

Desafios futuros

- Migrar todo o acervo processual físico do 1º Grau para o PJE
- Realizar primeiras eleições municipais com processo judicial eletrônico implantado nas zonas
- Julgar os processos das Eleições 2020 nos prazos definidos no Calendário Eleitoral
- Implantar novo modelo de gestão, tendo em vista os resultados do I Planejamento Participativo CRE-Zonas Eleitorais e do Desdobramento da Estratégia na SCR e nas Zonas
- Dispor de ferramenta tecnológica que possibilite o efetivo monitoramento do acervo e do cumprimento das metas, inclusive de processos eletrônicos
- Capacitar magistrados e servidores de 1º Grau.

Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa



Problemas a serem tratados

- Prática de compra de votos pelos candidatos a cargo eletivo
- Lentidão na tramitação das ações judiciais
- Fraudes nas prestações de contas de campanha
- Utilização de recursos de fundos públicos de campanha em desacordo com a legislação
- Possibilidade de servidores realizarem condutas antiéticas ou ilegais.

Justificativas para os resultados

Esse foi o primeiro ano que a Meta Nacional n.º 4, referente à priorização do julgamento de processos que possam importar na perda de mandato eletivo, se aplicou à Justiça Eleitoral. As metas foram superadas significativamente no 2º grau, fruto do monitoramento contínuo realizado pelo órgão, com reuniões mensais de alinhamento com Membros da Corte e unidades responsáveis pela área judicante, que se empenharam com afinco para o sucesso dos trabalhos. Outro fator significativo foi a edição da Resolução Administrativa n.º 17/2019, que estabeleceu procedimentos e prazos internos, garantindo maior celeridade na tramitação e instrução dos processos de prestação de contas, bem como o empenho da alta gestão no sentido de garantir à unidade técnica os recursos humanos e materiais necessários. No 1º grau, apesar da significativa baixa do estoque e da taxa de congestionamento, dos diversos mutirões e força tarefa realizados, o i8 (Meta Nacional n.º 4) não foi alcançado, tendo em vista, principalmente, a legislação que contempla ritos demorados e favorece a postergação processual, a complexidade da matéria que demanda maior conhecimento e aprofundamento de juízes e servidores, ao quadro sazonal e não especializado de juízes eleitorais.

1

Prioridades estabelecidas

- Identificar e equacionar sobrecarga de processos de prestação de contas
- Melhorar os procedimentos internos relacionados ao processamento das prestações de contas
- Aperfeiçoar continuamente mecanismos de controles internos
- Promover campanhas para divulgação do Código de Ética dos Servidores da Justiça Eleitoral da Bahia (Resolução Administrativa nº 3, de 17/05/2017)
- Atender às metas fixadas pelo CNJ quanto ao julgamento de processos prioritários.



Resultados alcançados

- Julgamento de todos os processos de prestação de contas das Eleições 2018 em menos de 1 ano
- Devolução de mais de R\$ 2,5 milhões ao Tesouro Nacional, referente ao acumulado dos julgamentos das contas das campanhas das Eleições 2018 (retorno aos cofres públicos dos recursos mal aplicados ou despesas realizadas em desconformidade com a lei)
- 73,43% de cumprimento da Meta Nacional n.º 4 – Eleições 2016 e 133,33% da Meta Nacional n.º 4 – Eleições 2018
- Implantação do PJE no 1º Grau (Meta Específica n.º 2/2019).

Macroprocessos associados na cadeia de valor

Planejamento e Gestão Institucional

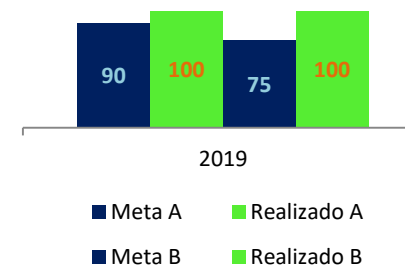
Controles

Prestação Jurisdicional

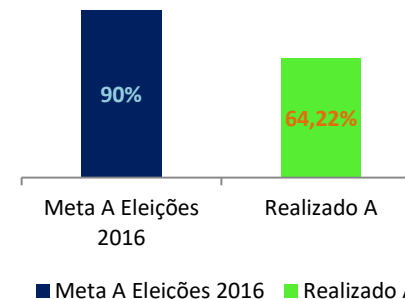
Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

Indicadores de desempenho

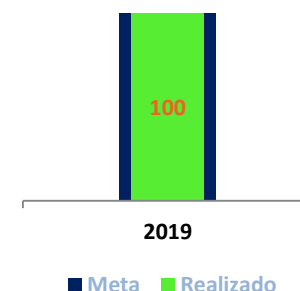
i8 – Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º grau (Meta Nacional 4/2019)



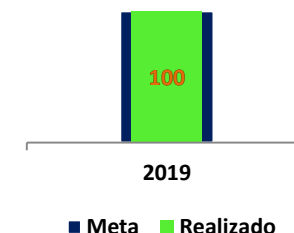
i8 – Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 1º grau (Meta Nacional 4/2019)



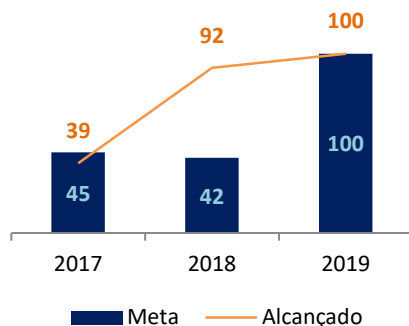
i9CAMP – Taxa de julgamento de prestação de contas de campanha de partidos políticos - 2º grau



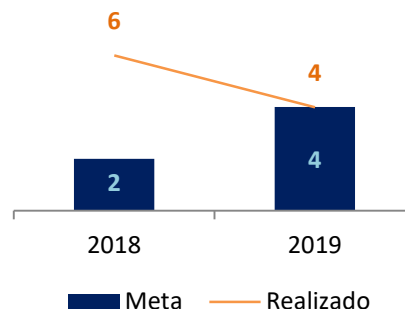
i9NE – Taxa de julgamento de prestações de contas de candidatos não eleitos - 2º grau



i9 - Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos - 2º grau



i10 – Número de ações de promoção de valores éticos



O objetivo em foco está associado aos projetos:



“p27. Projeto Justiça em Dia”

O projeto em epígrafe se subdivide em “p27.1. Justiça em Dia 1º Grau” e “p27.2. Justiça em Dia 2º Grau” e também repercute em favor do objetivo estratégico anterior. No 1º grau, seu objetivo primordial é promover a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, enquanto que no 2º pretendeu, em 2019, processar e julgar todos os processos de prestação de contas eleitorais dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Eleitoral. Nas Zonas Eleitorais, foi realizada a mobilização de força de trabalho temporária, através de mutirões e de força tarefa, para julgamento de processos nas zonas e/ou regiões com sobrecarga de trabalho, especialmente os de prestação de contas e aqueles outros que poderiam implicar a perda de mandato eletivo. Já no 2º grau, foi aprimorada a sistemática de monitoramento do acervo processual e proposto e editado normativo, estabelecendo diretrizes para o julgamento célere das prestações de contas dos candidatos não eleitos nas Eleições 2018 e das prestações de contas anuais partidárias. Através dessas iniciativas, consolidadas com a participação dos membros da Corte e servidores, foi possível obter resultados positivos para o cumprimento das metas e, conseqüentemente, reduzir a taxa de congestionamento e o tempo médio de tramitação processual.

“p29. Projeto Ética no TRE-BA”

O projeto visa a formular e operacionalizar rotina de disseminação contínua e monitoramento do cumprimento do código de ética. Previsto para se realizar entre 2017.2 a 2020.2, encontrando-se em andamento normal.

“p24. Projeto Evolução da Maturidade dos Processos”

O projeto “Evolução da Maturidade dos Processos” também repercute em favor do objetivo estratégico anterior, e visa a mapear os processos críticos do Tribunal, relacionados à sua Cadeia de Valor, prevendo, dentre suas entregas, a implantação de controles para a garantia da integridade dos processos. O rol dos mapeados em 2019 contemplou aqueles atinentes a processos finalísticos do órgão, relacionados ao atendimento de eleitores e atividades de eleições (planejamento, monitoramento e avaliação das eleições; vistoria de locais de votação na capital e no interior; e fechamento do cadastro eleitoral no interior). Além disso, em decorrência da iniciativa, houve a disseminação de conhecimento relacionado à temática, mediante a promoção de capacitações de servidores.

Desafios futuros

- Julgar integralidade dos processos de prestações de contas e outros que possam implicar a perda de mandato eletivo, no primeiro grau, referentes a Eleições 2016 e anteriores
- Dispor de ferramenta tecnológica que possibilite o efetivo monitoramento do acervo e do cumprimento das metas, inclusive de processos eletrônicos
- Capacitar magistrados e servidores de 1º Grau na matéria
- Realizar ações de disseminação do Código de Ética e de Conduta
- Mapear e gerir os riscos do processo de apreciação de contas partidárias.

Prestar atendimento de excelência ao público



Problemas a serem tratados

- Necessidade constante de ampliação dos canais de diálogo com a sociedade
- Agendamento insuficiente para atendimento ao eleitor
- Rede de prestação de serviços insuficiente
- Capilaridade da Justiça Eleitoral
- Necessidade de monitoramento da satisfação dos clientes
- Otimizar rede de prestação de serviços.



Prioridades estabelecidas

- Disponibilizar canais eficazes de diálogo com a Justiça Eleitoral
- Ampliar a capacidade de atendimento na capital e no interior, considerando a demanda da Revisão Biométrica Extraordinária
- Padronizar os procedimentos de atendimento ao público
- Informatizar pesquisa de satisfação do usuário e ampliar sua abrangência
- Dispor de estatísticas de serviços atualizada
- Capacitar servidores que atuam no atendimento ao público.



Resultados alcançados

- 93% de índice de satisfação dos eleitores
- Instituição do novo modelo de pesquisa eletrônica de satisfação
- Significativa ampliação do quantitativo de participantes da pesquisa de satisfação do cliente
- Mapeamento e otimização do processo "prestar atendimento ao cidadão".

Justificativas para os resultados

Ressalte-se que essa foi a primeira vez, no atual ciclo do PEI, que o indicador relacionado ao objetivo superou a meta, não obstante a grande demanda de atendimento por conta da biometria. Fatores significativos:

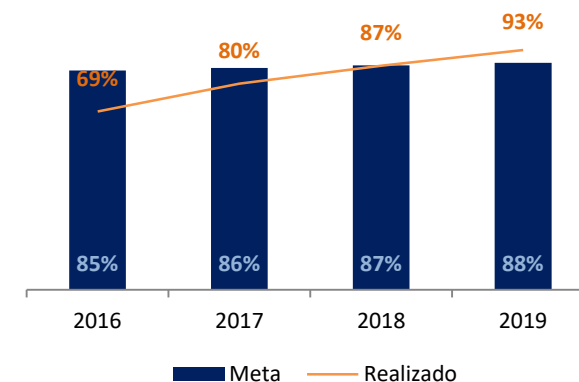
- Intensificação na realização de parcerias com órgãos públicos e entidades privadas com o propósito de ampliar a capacidade de atendimento da demanda da Revisão Biométrica Extraordinária, por exemplo, através da disponibilização de espaço e equipamentos para instalação de postos de atendimento, ou de servidores/funcionários para auxiliarem nos trabalhos
- Ampliação dos canais de atendimento, tais como *WhatsApp*, e-mail e central telefônica
- Priorização do atendimento por meio de agendamento
- Abertura de 153 postos fixos de atendimento
- Realização de atendimento itinerante (Caminhão da Biometria ou mutirões) em 38 municípios
- Implantação e utilização do sistema *Biomaps*, possibilitando monitoramento em tempo real das estatísticas relacionadas a atendimento a eleitores.

Macroprocessos associados na cadeia de valor



Indicador de desempenho

i11 – Taxa de satisfação dos clientes



O objetivo em foco está associado aos projetos:



“p31. Fala, Cidadão!”:

Gerenciado pela Ouvidoria do órgão e que, dentre outros aspectos, prima pela disponibilização de canais eficazes de diálogo com o TRE-BA, contribuindo, ainda, para a transparência (passiva) do órgão, o Projeto “Fala Cidadão” visa à implantação de sistema informatizado para recebimento de demandas e resposta ao cidadão. A ferramenta está em fase final de testes, havendo previsão de conclusão em 2020, o que coincidirá com o encerramento da iniciativa.



“p30. TRE-BA em Rede”

Projeto iniciado em 2019, com a proposta de criação de um modelo de gestão integrada de todos os serviços prestados pela Justiça Eleitoral, objetivando otimizar a utilização dos recursos e melhorar a qualidade do atendimento nas dimensões de acesso à Justiça, celeridade e eficácia da solução. Para tanto, dispõe-se a estruturar o gerenciamento integrado da rede de prestação de serviços eleitorais do TRE-BA, considerando todos os canais: telefônico, virtual e presencial (Zonas Eleitorais, SACs, NAJ, Postos de Atendimento ao Eleitor, Protocolos e Justiça Itinerante). No exercício, o projeto, de responsabilidade da Seção de Atenção ao Cliente, contemplou o mapeamento dos pontos da rede, da distribuição do eleitorado e das variáveis necessárias à produção de estatísticas de desempenho e de satisfação dos clientes, tendo sido implantado novo modelo de realização de pesquisa de satisfação, o que acarretou um incremento significativo no número de respondentes.

Desafios futuros

- Ampliar a promoção de campanhas voltadas ao esclarecimento do eleitor quanto à segurança do processo eleitoral e às competências da Justiça Eleitoral
- Cumprir novamente a Meta Específica n.º 1/2020 da Justiça Eleitoral
- Atuar efetivamente no Combate à desinformação e às *fake news*, especialmente considerando a realização das Eleições 2020
- Continuar com o efetivo monitoramento do cumprimento das normas relacionadas à transparência e evoluir o desempenho em relação ao que é avaliado pelos órgãos de controle nesse aspecto
- Mapear e otimizar o processo "prestar atendimento ao cidadão no encerramento do cadastro eleitoral em Salvador"
- Informatizar a pesquisa de satisfação presencial do usuário e aumentar sua abrangência.

Fortalecer a segurança do processo eleitoral



Problemas a serem tratados

- Eventual risco de ocorrência de fraudes no processo de votação, especialmente quanto à identificação do eleitor, havendo necessidade de adoção de ações de tratamento pertinentes
- Vulnerabilidade do processo de identificação manual do eleitor.



Prioridades estabelecidas

- Realizar recadastramento biométrico em larga escala
- Coletar dados biométricos com qualidade



Resultados alcançados

- Realização da revisão extraordinária do eleitorado com coleta de dados biométricos em 281 municípios (70% dos municípios da Bahia) simultaneamente
- Mais de 90% do eleitorado da Bahia biometrizado até o final de 2019.

Justificativas para os resultados

A revisão do eleitorado com a coleta de dados biométricos recebeu, por mais um ano, especial atenção da gestão. Com o propósito de aprimorar os serviços prestados, o projeto estratégico “Biometria na Bahia” teve seu escopo e plano geral alterados, tendo sido implementadas diversas iniciativas por tal motivo. Nessa cadência, foram realizadas audiências públicas em todo o Estado, para promover a divulgação da nova logística do recadastramento biométrico e intensificaram-se as parcerias com outras entidades públicas e privadas para consecução do projeto. Priorizou-se o atendimento do eleitor por hora marcada, de maneira a evitar formação de longas filas, e foi estabelecida a meta de biometrização a totalidade de eleitores do Estado até fevereiro/2020. Ademais, com base nas demandas da população local e de agentes públicos, foram criados novos postos de atendimento, realizados mutirões e atendimentos itinerantes com o “Caminhão da Biometria”, de modo a facilitar o acesso aos serviços

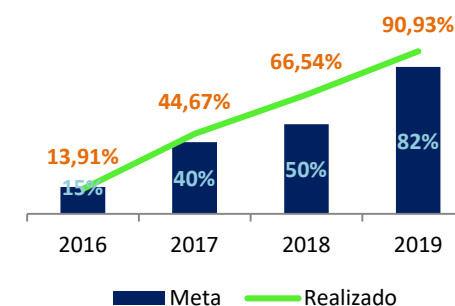
Macroprocessos associados na cadeia de valor

Eleições

Cadastro Eleitoral e Partidário

Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

i12 – Taxa de eleitores com cadastro biométrico



O objetivo em foco está associado ao projeto:



“p25. Projeto Biometria na Bahia”

Objetiva planejar a revisão biométrica extraordinária em todo o Estado da Bahia, estabelecendo rotinas para melhoria da qualidade da coleta, e planos de ação para determinar o período e as zonas a serem recadastradas progressivamente. Os resultados alcançados pelo projeto coincidem com os do Objetivo Estratégico.

Desafios futuros

- Como o projeto “Biometria na Bahia” se encerrou em fevereiro de 2020, o Conselho de Governança do Tribunal considerou que o Objetivo Estratégico, nos moldes como foi concebido, foi antecipadamente atingido no ciclo.

Melhorar o desempenho dos processos organizacionais



Problemas a serem tratados

- Ocorrência de etapas desnecessárias nos processos de trabalho
- Processos onerosos relativamente ao custo e tempo de realização
- Rotinas excessivamente manuais
- Gargalos nos fluxos de processos.



Prioridades estabelecidas

- Promover o mapeamento de, ao menos, 4 subprocessos no eixo Finalístico, da Cadeia de Valor
- Ajustar o projeto “Evolução na Maturidade dos Processos”, atendendo às determinações dos órgãos de controle interno e externos
- Atualizar metodologia de processos no órgão
- Promover evolução da capacitação de servidores na matéria.



Resultados alcançados

- Mapeamento de 4 processos finalísticos do órgão, conforme sua cadeia de valor: “Planejar, Monitorar e Avaliar Eleições”; “Realizar Atos Preparatórios de Eleições” - subprocessos “Convocação e Treinamento de Mesários” e “Vistoria de Locais de Votação e Justificativa”; e “Gestão de Atendimento ao Eleitor no Final do Alistamento”
- Evolução da maturidade do órgão na matéria por meio de capacitação de servidores.

Justificativas para os resultados

O único indicador que está associado ao objetivo estratégico em questão não alcançou a meta estabelecida por apenas 2%. O resultado deveu-se à revisão da forma de medir o indicador na última RAE realizada no ano de 2019, no mês de dezembro, quando, por recomendação de auditoria interna, ao invés de se prever metas para processos a serem mapeados por ano, foram estabelecidos percentuais para cumprimento durante o ciclo do PEI 2016-2021. Nesse sentido, apesar de o órgão ter cumprido a proposta inicialmente estabelecida de mapear 4 processos finalísticos no exercício, tendo em vista o não atingimento da meta em 2017, o percentual acumulado de processos a serem mapeados não pôde ser cumprido até 2019. Ressalte-se que, apesar de alguma evolução na matéria, remanescem dificuldades a serem superadas no projeto, tais como: incipiência da cultura organizacional quanto à gestão de processos; limitação de servidores que atuam na unidade responsável pelo mapeamento de processos e sobrecarga das atividades operacionais nas unidades.

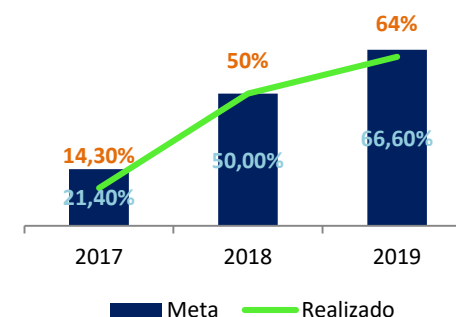
Macroprocessos associados na cadeia de valor

Planejamento e Gestão Institucional

Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

Indicadores de desempenho:

i13 – Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade



O objetivo em foco está associado ao projeto:



“p24. Projeto Evolução da Maturidade dos Processos”

Os resultados alcançados pelo projeto p24. Evolução da Maturidade dos Processos foram apresentados anteriormente, quando se tratou sobre o objetivo “Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa”

Desafios futuros

- Capacitar servidores para procederem ao mapeamento dos processos de trabalho.
- Ampliar a oferta de sistemas informatizados, com base no resultado do mapeamento realizado.
- Envolver os gestores e servidores na utilização do mapeamento como ferramenta para melhoria do desempenho.
- Promover o mapeamento de, pelo menos, 3 processos constantes da Cadeia de Valor.

Assegurar a efetividade da comunicação interna



Problemas a serem tratados

- Ruído na comunicação interna • Informações internas divulgadas de forma não padronizadas e por canais distintos • Dificuldade para encontrar conteúdos disponibilizados pelas unidades • Falta de conhecimento dos serviços internos prestados (área responsável, forma de acesso etc.).



Prioridades estabelecidas

- Disponibilizar informações institucionais e administrativas de forma abrangente, clara e tempestiva para o público interno • Estabelecer diretrizes, processos, ferramentas e padrões de comunicação interna • Disponibilizar informações ao público interno de forma estruturada e acessível, por meio de canais ágeis e efetivos • Divulgar serviços de cada área de forma atrativa • Conscientizar servidor do seu papel na efetividade da comunicação interna.



Resultados alcançados

- Conclusão da implantação da Nova Intranet • Disponibilização do Repositório Digital • Melhor índice de satisfação do público interno, no ciclo, com as informações disponibilizadas.

Justificativas para os resultados

Os projetos relacionados ao objetivo estratégico em comento tiveram continuidade, efetivando-se as entregas nos prazos fixados. Assim, em 2019, foi concluída a implementação da nova intranet e do repositório digital, disponibilizando conteúdo com mais funcionalidades e facilitando o acesso do público interno às informações institucionais. Já o indicador associado ao presente objetivo (que não foi medido em 2018), teve o melhor resultado no ciclo, atribuído pela unidade que o gerencia (ASCOM) ao trabalho constante nas redes sociais, à produção de boletins diários e ao lançamento do informativo “O Cafezinho”. A unidade reconhece que um fato dificultador para o objetivo é a confusão que o usuário faz entre comunicação interna e comunicação administrativa. Informa, ainda, que o resultado do indicador pode ser alavancado com a implementação das mudanças sugeridas na pesquisa de opinião realizada e aplicação do plano de comunicação na integralidade.

Macroprocessos associados na cadeia de valor

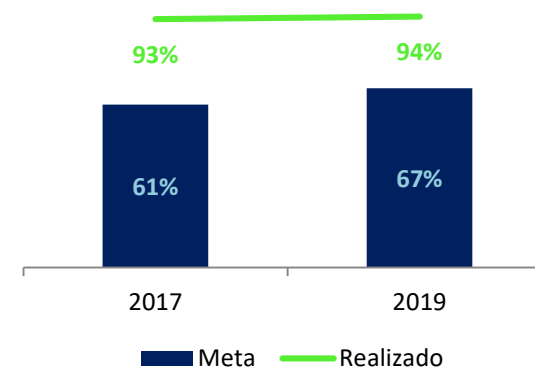
Planejamento e
Gestão Institucional

Informações
Institucionais

Gestão Jurídica, Adm.
e Tecnológica

Indicador de desempenho

i14 – Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas



O objetivo em foco está associado aos projetos:



“p21. Projeto Nova Intranet”

O projeto, encerrado no exercício de 2019, teve como objetivos assegurar a melhoria na efetividade da comunicação interna entre as unidades e os servidores do Tribunal e aperfeiçoar a *intranet* do órgão. Com a iniciativa, foi disponibilizada nova plataforma para acesso e navegação na rede interna do TRE-BA, com mais funcionalidades e *interface* amigável e colaborativa, padronizando os critérios para divulgação de conteúdo e melhorando o acesso interno a informações institucionais e administrativas. A iniciativa também instituiu um repositório digital para compartilhamento de documentos entre unidades do TRE, de modo a concentrar a disponibilização de arquivos em um único ambiente, facilitando e agilizando a busca por informações/orientações.



“p22. Projeto Servidor 2.0”

Projeto iniciado no exercício de 2019 e que objetiva disponibilizar internamente e de forma adequada os serviços prestados por cada unidade, bem como conscientizar os servidores do seu papel na efetividade da comunicação interna e administrativa. Após deliberação do Conselho de Governança, na Reunião da Análise da Estratégia (RAE) de 5/12/2019, o projeto “p.6.3 - Aprimoramento da Comunicação Interna” foi fundido ao projeto em comento, tendo em vista a similitude dos temas e objetivos tratados por ambos.

Desafios futuros

- Difundir as funcionalidades da nova intranet e do repositório digital dentre servidores, magistrados e colaboradores, tornando-os mais familiares aos usuários
- Definir rotinas para atualização periódica dos informativos contidos na intranet
- Elaborar planos de comunicação das unidades, para divulgação de seus serviços
- Disponibilizar carta de serviços internos.

Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis



Problemas a serem tratados

- Necessidade da realização de ações voltadas à conscientização política dos cidadãos
- Cultura organizacional incipiente para as práticas ambientais sustentáveis
- Dificuldade no descarte adequado de materiais
- Impacto ambiental decorrente das atividades do órgão
- Melhorar a acessibilidade dos prédios onde funcionam a Justiça Eleitoral baiana, inclusive com foco nos locais de votação.



Prioridades estabelecidas

- Ampliar ações de conscientização para cidadania
- Sedimentar práticas ambientais
- Promover acessibilidade.



Resultados alcançados

- Maior número de pessoas atingidas por ações sociais no ciclo do PEI (9.237)
- 105 ações de cidadania realizadas
- 69 escolas, em todo o Estado, atendidas com ações voltadas à conscientização do eleitor
- Atingimento da Meta Específica n.º 1/2019
- Realização de 38 ações ambientais no órgão
- Instituição do Programa de Acessibilidade e Inclusão do TRE-BA (Resolução Administrativa n.º 21/2019)
- Realização da Semana da Inclusão, com cerca de 400 novos registros de eleitores com deficiência colhidos.

Justificativas para os resultados

Apesar de o objetivo ter sido priorizado para o ano, sua meta não foi cumprida, em virtude dos resultados do i15 e do i17AA. O indicador i15., gerenciado pela SGA não alcançou a meta estabelecida posto que apenas foram concluídas integralmente as obras nos Fóruns de Jequié e Tucano. Não obstante, foram contratadas as reformas dos Fóruns de Porto Seguro e Vitória da Conquista, com previsão de início até mar/2020, bem como estão em andamento os projetos de reforma de mais 5 prédios. Além disso, foram realizadas outras ações na área de acessibilidade que não puderam ser contabilizadas no atual formato do indicador, tais como: construção, reforma e adaptação de sanitários acessíveis no edifício sede e anexo I, além de adaptações em alguns cartórios do interior do Estado. A unidade apontou "o aumento no volume de trabalho sem o quantitativo suficiente de pessoal técnico" como fator dificultador ao alcance da meta. Como medidas a serem adotadas para alavancar o resultado em 2020, indicou a necessidade de revisão do referido indicador, com o propósito de contabilizar obras parciais (não apenas do prédio todo) e do acompanhamento e celeridade nos processos de contratação dos serviços (obras e projetos). Quanto ao i17AA, apesar de terem sido realizadas 38 ações ambientais no ano, não foram contemplados todos os 12 eixos do PLS – faltou o eixo telefonia. O PLAS atribuiu o resultado ao funcionamento prejudicado dos seus grupos executivos, que só tiveram novos membros designados em out/2019. Quanto aos i16. e i17, com ótimo desempenho, as principais unidades que os impulsionam são a EJE e a SGP e atribuíram os resultados ao seguinte: grandes eventos realizados nas escolas por conta do projeto Eleitor do Futuro; realização do Colóquio Internacional de Direito Eleitoral e das "sextas culturais"; incentivo à participação dos estagiários nas ações promovidas; elaboração de planejamento e cronograma antecipados; engajamento e disponibilidade das servidoras facilitadoras das ações.

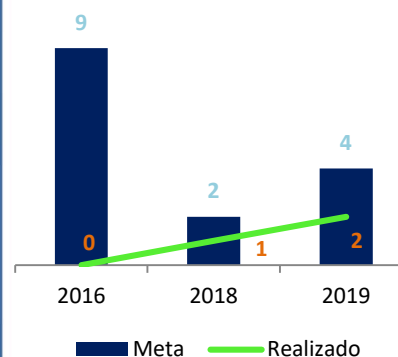
Macroprocessos associados na cadeia de valor

Informação, Mediação e Conscientização para Cidadania

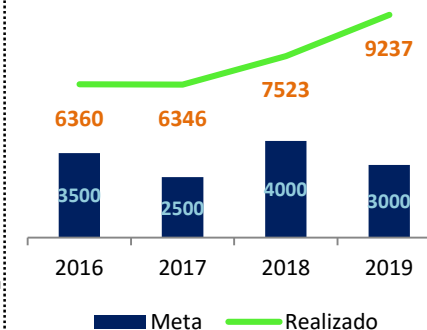
Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

Indicadores de desempenho:

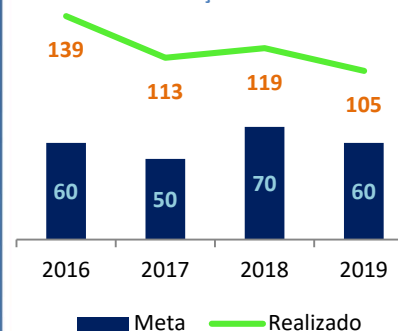
i15 – Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade



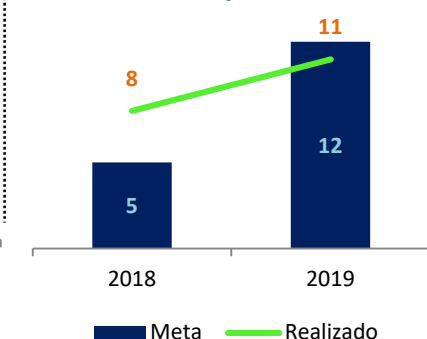
i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais



i17AS - Número de ações sociais



i17AA - Número de ações ambientais



O objetivo em foco está associado ao projeto:



“p.14 Projeto MelhorAcessibilidade”

Iniciativa que visa à remoção gradual de barreiras físicas e arquitetônicas, de comunicação e atitudinais para promoção do acesso amplo e irrestrito de pessoas com deficiência no âmbito da Justiça Eleitoral Baiana. Para tanto, necessário se fez conhecer a realidade dos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida em todo o estado, coletar dados sobre as condições de acessibilidade dos locais de votação, o quantitativo de seções especiais disponibilizadas para o público, bem como levantar dados acerca das possíveis ações inclusivas adotadas pelo Tribunal. Após o diagnóstico das condições de acessibilidade, foram iniciadas as mudanças que, efetiva e paulatinamente, estão implantando a melhoria da acessibilidade no âmbito de todo o Tribunal, como a definição, quanto à acessibilidade, de padronização estrutural dos cartórios eleitorais, a adequação dos prédios onde funcionam os cartórios, aquisição de cadeiras de rodas para o Edifício-Sede/Cartórios, fones de ouvido para as seções especiais, realização de convênios/parcerias com entidades representantes de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e a requisição aos cartórios eleitorais da observância do registro no ELO da condição do portador de deficiência ou mobilidade reduzida. O projeto está em fase de encerramento, especialmente com a instituição do Programa de Acessibilidade e Inclusão do TRE-BA, por meio da Resolução Administrativa n.º 21/2019.

Desafios futuros

- Realizar obras de acessibilidade em, pelo menos, quatro prédios próprios do TRE-BA.
- Firmar parcerias com outras entidades para adequação da estrutura dos prédios onde se realizam as eleições
- Realizar ações para conscientização ambiental nos 12 eixos do PLS
- Atuação efetiva dos Grupos Executivos do PLAS
- Ampliar o alcance das ações sociais
- Adequar indicador de desempenho i15 às necessidades do órgão.

Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro



Problemas a serem tratados

- Condições ergonômicas de trabalho não estão acessíveis a todos os servidores
- A insuficiência de servidores gera sobrecarga de trabalho
- Servidores adoecendo
- Limitações financeiras podem dificultar o acesso dos servidores aos sistemas de saúde (plano de saúde privado)
- Absenteísmo.

1

Prioridades estabelecidas

- Humanizar organização do trabalho
- Disponibilizar instalações físicas adequadas e seguras em todas as unidades
- Propiciar condições ergonômicas de trabalho
- Aprimorar as relações socioprofissionais
- Monitorar e melhorar a saúde do servidor.



Resultados alcançados

- Instituição do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (Instrução Normativa n.º 5/2019).

Justificativas para os resultados

O indicador associado ao objetivo em comento i18. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho não foi mensurado no período, pois seus parâmetros dependiam da aprovação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, cuja instituição ocorreu em dezembro de 2019. Não obstante, foi dado seguimento aos projetos estratégicos relacionados a QVT e desenvolvidas, no âmbito da SGP, diversas ações relacionadas à prevenção de doenças e promoção de saúde e qualidade de vida; assim como à capacitação, valorização e reconhecimento dos servidores. Além disso, vale ressaltar a atuação do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde, no sentido de monitorar as principais causas de absenteísmo, as doenças mais recorrentes identificadas nos exames periódico e definir medidas para preveni-las e combatê-las.

Macroprocessos associados na cadeia de valor

Planejamento e Gestão Institucional

Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

Indicadores de desempenho:

O i18. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho, único indicador de desempenho relacionado ao objetivo estratégico não pôde ser medido no exercício, conforme mencionado nas justificativas ao lado.

O objetivo em foco está associado aos projetos:



“p6.1. – PQVT - Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor”

O projeto objetiva promover o reconhecimento e a valorização dos servidores de modo a balancear o bem estar do servidor e o alcance das metas organizacionais. Também visa a oferecer formação e aperfeiçoamento para servidores do TRE-BA como processo de educação permanente fundamentado em valores éticos, na prática da cidadania e na melhoria da prestação jurisdicional para atender as demandas da sociedade brasileira. Em 2019, foram impulsionados aspectos referentes à “Implantação do Programa de Incentivos Funcionais”, com a divulgação da campanha Servidor Nota 10, bem assim o andamento, conforme planejado, da “Implantação e desenvolvimento do Programa TI Valoriza”.



“p6.3. – PQVT – Aprimoramento da Comunicação

Conforme mencionado no objetivo estratégico “Assegurar a efetividade da comunicação interna”, esse projeto foi incorporado ao p22. Servidor 2.0, tendo em vista a similitude dos temas e objetivos tratados por ambos. Tal decisão foi tomada pelo Conselho de Governança, na III Reunião da Análise da Estratégia realizada no ano de 2019, considerando sugestão da gerência do projeto.



“p6.4. PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho”

Oferecer condições de trabalho que possibilitem o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida do servidor no desenvolvimento de suas atividades laborais é o objetivo do projeto. Para tanto, pretende-se estudar e avaliar as condições ergonômicas nas instalações do TRE-BA, bem assim contribuir para a redução ou eliminação da incidência das doenças ocupacionais, uma das maiores causas de afastamento do trabalhador de suas atividades. Serão identificadas as necessidades ergonômicas e especificados os mobiliários, equipamentos e sistemas adequados. Em 2019, foi contratada

empresa especializada para, dentre outros, realizar os estudos, análises, avaliações e especificações, bem como foi realizada capacitação para a equipe do projeto em Ergonomia Laboral. A evolução do projeto está associada à dedicação dessa empresa contratada para realizar o levantamento de dados para efetivar o diagnóstico das condições ergonômicas no Tribunal, o que está sendo cumulado com outras prioridades do órgão, a exemplo das execuções das obras de reformas nos prédios da Justiça Eleitoral baiana.



“p6.5 – PQVT - Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde”

A iniciativa pretende conscientizar os servidores/colaboradores acerca da relevância da adoção de hábitos salutareos para a promoção e manutenção da saúde, através de meios que fomentem o conhecimento, o debate e a assimilação de novos conceitos que favoreçam a mudança de atitudes relativas ao autocuidado. No Plano Geral do Projeto, revisto em 2019, estão contempladas três entregas: “Gerenciamento de Estresse”, “Acompanhamento de doenças crônicas – Um Toque de Cuidado” e o “Coral Institucional”, cujos andamentos se encontram dentro do planejado.



“p24. Projeto Evolução da Maturidade dos Processos”

Os resultados alcançados pelo projeto p24. Evolução da Maturidade dos Processos foi apresentado anteriormente, quando se tratou sobre o objetivo “Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa”

Desafios futuros

- Oferecer aos servidores do órgão alternativas para usufruírem de serviços de saúde.
- Proporcionar a todos os servidores e colaboradores mobiliário adequado para o trabalho
- Implementar o PQVT.

Promover a melhoria da governança de gestão de pessoas



Problemas a serem tratados

- Necessidade de adequação da força de trabalho às demandas
- Desmotivação dos servidores
- Desatualização dos processos de Gestão de Pessoas
- Realização de atividades manuais, que poderiam ser informatizadas
- Ausência de formalização da Política de Gestão de Pessoas.



Prioridades estabelecidas

- Distribuir estrategicamente a força de trabalho
- Disponibilizar e manter atualizadas informações da força de trabalho
- Realizar promoções baseadas no mérito
- Instituir mecanismos para recompensas e premiações de servidores
- Modernizar processos de Gestão de Pessoas
- Evoluir nas práticas de governança em Gestão de Pessoas
- Gerenciar competências do corpo funcional
- Institucionalizar Política de Gestão de Pessoas.



Resultados alcançados

- Realização de projeto para Dimensionamento da Força de Trabalho no Tribunal em conjunto com o TSE e outros TREs, por meio de consultoria da UNB
- Definição de modelo de competências gerenciais para ocupação de cargos e funções (Resolução Administrativa n.º 25/2019)
- Evolução do programa de valorização de servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC
- Instituição do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (Instrução Normativa n.º 5/2019).

Justificativas para os resultados

O objetivo estratégico em questão tem dois indicadores associados, sendo que o i19. Índice de satisfação e motivação do servidor não foi aplicável ao exercício, em virtude de deliberação do Conselho de Governança, na 1ª RAE de 2019, que alterou sua aplicação para anos eleitorais. O indicador i20., por seu turno, ultrapassou a meta estabelecida, obtendo-se a resposta positiva em 83,33% dos itens do questionário próprio do Planejamento Estratégico do TRE-BA. A gestão de pessoas constitui-se em prioridade permanente do órgão, tendo sido concretizada no exercício de referência a instituição do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, que irá propiciar a elevação da satisfação no trabalho e proporcionar mais saúde e bem-estar psicossocial aos servidores, notadamente diante de um cenário de envelhecimento do quadro funcional, a consolidação do projeto TI Valoriza, que visa à valorização dos servidores da área e ao reconhecimento do caráter estratégico da unidade, e o significativo avanço do projeto referente ao dimensionamento da força de trabalho.

Macroprocessos associados na cadeia de valor

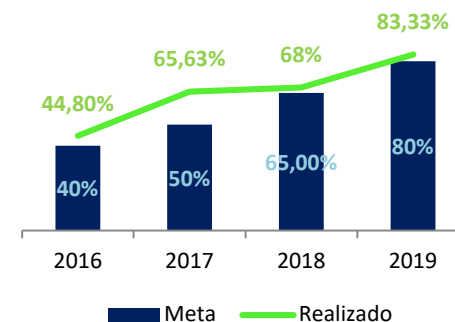
Planejamento e
Gestão Institucional

Informações
Institucionais

Gestão Jurídica,
Adm. e Tecnológica

Indicadores de desempenho:

i20 -Taxa de governança em gestão de pessoas



O objetivo em foco está associado aos projetos:



“p7. Governança em Gestão de Pessoas”

A iniciativa visa a institucionalizar a prática e a melhoria contínua da Governança em Gestão de Pessoas no TRE-BA, a fim de fomentar o negócio da organização, através de mecanismos contínuos de avaliação, direcionamento e monitoramento do desempenho, dos resultados e do cumprimento das políticas e planos da Gestão de Pessoas. Em 2019, foi concluída a etapa relacionada a “Elaboração de políticas relacionadas com a governança de gestão de pessoas”, que fora iniciada em dezembro de 2016, bem como realizadas visitas técnicas a outros órgãos e capacitações atinentes à governança em gestão de pessoas.



“p8. Gestão por Competência”

O objetivo maior do projeto é alinhar a conduta e o desempenho dos servidores aos objetivos estratégicos do órgão, para promover a melhoria da governança em gestão de pessoas pela identificação das competências corporativas, gerenciais e técnicas e das necessidades de capacitação para subsidiar o Plano Anual de Capacitação – PAC e o Plano de Desenvolvimento de Líderes – PDL. Em julho de 2019, foi concluído o mapeamento das competências técnicas de todas as unidades do Tribunal, inclusive dos Cartórios Eleitorais. Também foi implantado o Sistema Coyote, desenvolvido pelo TRE-TO, o que possibilitou a automatização do processo de avaliação das competências dos líderes/gerentes e a elaboração de relatórios mais adequados e embasados para a tomada de decisões.



“p10. Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)”

O objetivo do projeto é prover a Justiça Eleitoral de informações para formulação de estratégias de Gestão de Pessoas, visando racionalizar e maximizar o uso da força de trabalho disponível e identificar a quantidade ideal por processo de trabalho. A importância do DFT para os Tribunais Eleitorais é promover uma gestão orientada, que realize uma avaliação objetiva do que suas equipes devem fazer para gerar resultados esperados na Administração Pública, além de criar o hábito de monitoramento do trabalho desempenhado nas unidades. A nova metodologia, sugerida pelo TSE, pretende alinhar os processos de trabalho de toda a Justiça Eleitoral, criando uma padronização. A evolução do DFT no TRE-BA destacou-se em relação a de outros Tribunais.



“p1. Melhores Práticas”

O projeto, iniciado em 2019, visa à criação do banco virtual de boas práticas com a finalidade de institucionalizar, disseminar e catalogar sistematicamente boas práticas no âmbito do TRE-BA, promovendo o compartilhamento e socialização do capital intelectual dos servidores e magistrados do órgão, a fim de expandir o conhecimento e a troca de experiência, estimulando a melhoria contínua dos processos de gestão e, consequentemente, dos serviços prestados. O Banco de Boas Práticas foi instituído, através da publicação da Portaria da Presidência nº 461, de 29 de novembro de 2019.

Desafios futuros

- Modernizar os processos de gestão de pessoas
- Informatizar as atividades ainda realizadas de forma manual
- Identificar as reais lacunas de competências dos servidores e potencializar o desenvolvimento do capital humano
- Ampliar as ações de Qualidade de Vida no Trabalho, de modo a elevar a satisfação no trabalho e proporcionar mais saúde e bem-estar psicossocial aos servidores
- Transformar os líderes do TRE-BA em verdadeiros gestores de pessoas, de modo a participarem, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, da construção de um ambiente de trabalho salutar e que estimule a motivação do corpo funcional e o desenvolvimento profissional
- Revisar o Plano Estratégico Setorial da SGP
- Designar membros do Comitê de Gestão de Pessoas.

Assegurar a adoção de boas práticas de gestão



Problemas a serem tratados

- Existência de processos de trabalho com etapas desnecessárias que ocasionam retrabalho
- Baixa maturidade do órgão em gerenciamento de riscos
- Consciência estratégica incipiente nas searas táticas e operacionais.



Justificativas para os resultados

As metas dos indicadores Índice de alinhamento das Unidades à estratégia organizacional e Número de ações de gestão de riscos foram alcançadas, conforme tabela ao lado. O Projeto Desdobramento da Estratégia foi realizado nas unidades SJU, SCR e Zonas Eleitorais no exercício de referência. Vale dizer que o TRE-BA foi o primeiro Regional Eleitoral a realizar tal feito em nível do primeiro grau, o que contribuirá para melhorar os resultados do desempenho jurisdicional e atendimento ao eleitor no exercício de 2020. Além disso, merecem destaque as ações de disseminação e capacitação relacionadas a planejamento estratégico e gestão de riscos, dentre as quais a campanha “De olho no Risco”, realizada pela SPL/COPEG/SEGEPRO e a palestra “Como desenvolver excelência para a Estratégia”, proposta pela SPL/COPEG/SEPLANE.

1

Prioridades estabelecidas

- Efetivar as práticas de Gestão de Riscos institucionalizadas
- Mapear e monitorar a contribuição das unidades à estratégia
- Adotar práticas de gestão inovadoras
- Identificar, catalogar e compartilhar boas práticas de gestão



Resultados alcançados

- Desdobramento da estratégia em áreas fins do órgão
- Instituição do Banco de Boas Práticas do TRE-BA (Portaria nº 461/2019)
- Disseminação e capacitação em planejamento estratégico e gestão de riscos
- Identificação dos Riscos-chave do órgão
- Realização de gerenciamento de riscos nos processos mapeados
- Revisão do Sistema de Gestão de Riscos (Resolução Administrativa n.º 27/2019)

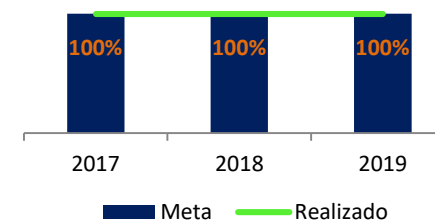
Macroprocessos associados na cadeia de valor

Planejamento e Gestão Institucional

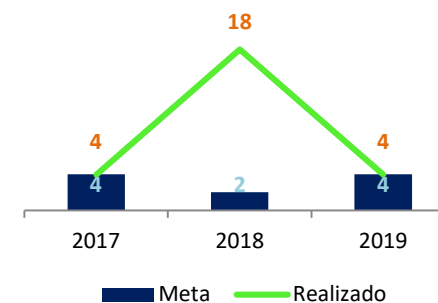
Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

Indicadores de desempenho:

i21 -Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional



i22 – Número de ações de gestão de riscos



O objetivo em foco está associado aos projetos:



“p4. Desdobramento da Estratégia”

O objetivo do projeto é alinhar a atuação das secretarias, coordenadorias e zonas eleitorais à estratégia do TRE-BA, de modo que as unidades possam visualizar claramente sua contribuição para a estratégia institucional e atuar em sintonia com os resultados estabelecidos. Como já mencionado anteriormente, em 2019, foi realizado o desdobramento da estratégia nos âmbitos da SJU, SCR e Zonas Eleitorais – áreas fins do órgão. O alinhamento já havia sido concluído na STI, SGP e COAUD e, em 2020 avançará para SGA (onde já tinha sido iniciado, mas em virtude da fusão da Secretaria com a SGS, em 2019, houve necessidade de recomeço dos trabalhos), SPL (Secretaria criada em 2019, que abarcou a COPEG – onde o trabalho já havia sido feito – e a COELE) e SOF. O projeto será concluído em 2021, com o desdobramento da SEP e do Gabinete da Presidência, oportunidade em que todas as secretarias, coordenadorias não vinculadas a secretarias e zonas estarão alinhadas à Estratégia do órgão.



“p1. Melhores Práticas”

Os objetivos e resultados do Projeto Melhores Práticas já foram apresentados anteriormente, no objetivo estratégico “Promover a melhoria da governança de gestão de pessoas”.

Desafios futuros

- Desdobrar o Planejamento Estratégico na SGA, SOF e SPL
- Revisar desdobramento da SGP
- Implantar sistemática de monitoramento do desdobramento
- Evoluir os planos de tratamento de riscos das unidades do órgão
- Elaborar Plano de Integridade
- Ampliar o intercâmbio das boas práticas entre as unidades do órgão e entre os Tribunais Eleitorais.

Aperfeiçoar a qualidade do gasto público



Problemas a serem tratados

- Deficiência na fase do planejamento das contratações
- Dificuldade de executar a contratação conforme o planejado
- Utilização de materiais, equipamentos e serviços, além do estritamente necessário
- Necessidade de racionalizar os gastos públicos em virtude das limitações orçamentárias.



Prioridades estabelecidas

- Estabelecer padrões de compras, consumo e gestão documental sustentáveis
- Racionalizar compras de materiais de consumo
- Gerenciar custos
- Controlar recebimento, movimentação de rédito e execução da despesa programada
- Planejar e executar plano operacional em conformidade com as diretrizes e refletido no plano orçamentário



Resultados alcançados

- Instituição da Política de Contratações do órgão (Resolução Administrativa n.º 3/2019)
- Racionalização do material de consumo e permanente no órgão (Portaria n.º 351/2019)
- Alcance das metas relacionadas à redução de consumo (à exceção da energia elétrica)
- Primeiro ano, no ciclo do PEI, que a execução orçamentária superou a meta de aderência ao planejamento orçamentário
- Melhor desempenho, no ciclo, do indicador relacionado à execução financeira.

Justificativas para os resultados

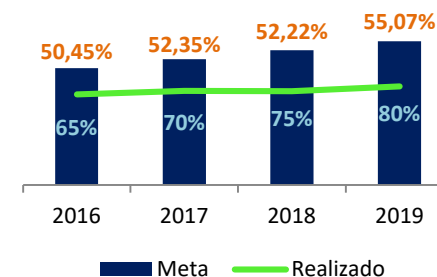
Apesar de o objetivo não ter sido atingido no exercício, foi o ano de melhor desempenho geral dos seus indicadores, em especial daqueles relacionados ao consumo racional e consciente e à aderência e execução financeira. No que toca ao i32, o desempenho deveu-se ao incremento das campanhas de conscientização, realizadas pelo PLAS e ASCOM, e à edição de normativo dispondo sobre a racionalização do material de consumo e permanente. Os resultados do i25 e parte do i30 justificam-se pela disponibilização dos créditos orçamentários no início do exercício financeiro (possibilitando o empenho das despesas referentes aos contratos vigentes e das despesas estimadas anuais e execução conforme planejado), significativa quantidade de licitações com êxito, tramitação célere dos processos de contratações. Segundo a SOF, apesar do melhor desempenho, a execução financeira foi impactada pelo recebimento de créditos adicionais no último trimestre de 2019 para despesas com os serviços de reforma do Fórum de Porto Seguro, contratados em dezembro, assim como os investimentos destinados à modernização da infraestrutura de TIC e aquisição de equipamentos diversos que não foram totalmente pagos dentro do exercício. Quanto aos demais indicadores que tiveram desempenho abaixo das metas estabelecidas, os principais empecilhos para o alcance foram: • alteração no quadro de servidores das unidades demandantes (ocasionando deflagração de processos após o prazo e a revisão do planejamento) • resistência de prestador de serviço em efetuar as melhorias sugeridas na pesquisa. Ademais, os indicadores i23 e i24 carecem de revisão, posto que não retratam o que pretendem medir ou estão com fórmula equivocada.

Macroprocessos associados na cadeia de valor

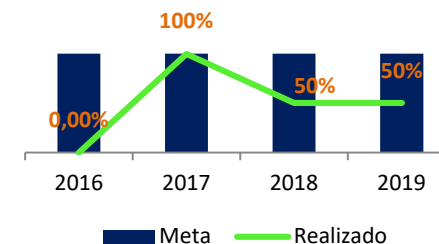
Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

Indicadores de desempenho:

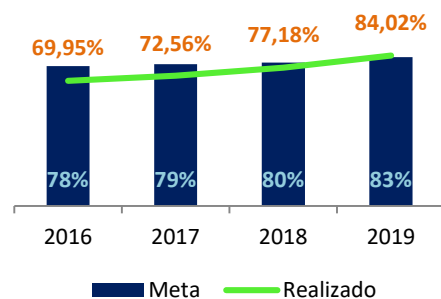
i23 – Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)



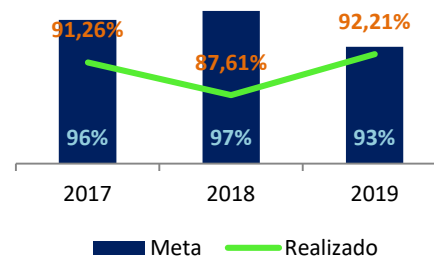
i24 - Taxa de satisfação com a qualidade das contratações



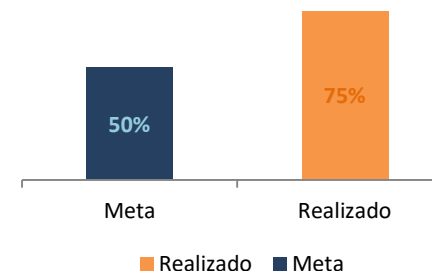
i25 – Aderência da execução ao planejamento orçamentário



1 i30 – Taxa de execução financeira



i32 – Taxa de Alcance das metas do PLS 2018- 2021



“p.18 Projeto Sistema GEORFI”

O projeto, iniciado em 2019, objetiva desenvolver um Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira. Considerando o programa de qualificação do processo de orçamentação e do gasto público, desenvolvido pela SOF/COORC, verificou-se a necessidade de alteração da ficha do extinto projeto “GastCred”, de modo a abranger não apenas a programação, mas também o planejamento, monitoramento, execução orçamentária e financeira. Com a implementação do novo sistema (GEORFI), tarefas serão automatizadas, assegurando a qualidade e a integridade de informações para subsidiar a tomada de decisões. A ferramenta encontra-se em fase de desenvolvimento pela fábrica de software.



“p.19 Projeto PLANOP”

Projeto iniciado no segundo semestre de 2019, objetiva desenvolver modelo de Plano Operacional (PLANOP) em conformidade com as diretrizes anuais da organização, com o intuito de estruturar as necessidades de aquisições para o funcionamento de cada unidade do TRE-BA.

Desafios futuros

- Adequar indicadores de desempenho (i23 e i24) às necessidades do órgão
- Atuação efetiva dos Grupos Executivos do PLAS
- Reduzir consumo de energia elétrica do órgão
- Efetivar os termos da Portaria n.º 103/2018 para os contratos de serviço do órgão e expandi-las para os de bens de consumo ou duráveis
- Evoluir a maturidade do órgão em planejamento de contratações, inclusive com gestão de riscos
- Implantar sistema para gestão orçamentária, financeira e de custos
- Desenvolver Plano Operacional em conformidade com as diretrizes anuais da organização.

Aperfeiçoar a governança de TIC



Problemas a serem tratados

- Maturidade insuficiente do órgão em Governança de TIC
- Necessidade de aperfeiçoamento dos processos/procedimentos relativos à segurança da informação.



Justificativas para os resultados

O objetivo foi considerado não atingido no exercício em virtude do não atingimento da meta do i27. Apesar da evolução do órgão em Governança de TIC, fruto da execução de um plano de ação elaborado com tal propósito, o TRE não alcançou a pontuação de 0,90, não atingindo o nível excelência que pretendia. O desempenho abaixo do esperado foi atribuído, pela STI, à considerável perda de pontuação no quesito relacionado à força de trabalho, cujo cálculo contabiliza o total de usuários de TIC, inclusive os advogados cadastrados no PJe - número significativamente ampliado com a implantação do sistema no 1º Grau (cujo suporte efetivo é dado pelo TSE e não pelo TRE). Outros aspectos levantados dizem respeito ao superdimensionamento da meta estabelecida para o ano, principalmente considerando o salto na maturidade dado em 2018, demandando tempo para consolidação das práticas instituídas, bem como a complexidade das matérias remanescentes de aperfeiçoamento. Nesse sentido, o órgão precisará reavaliar as metas futuras, levando em conta os custos/benefícios, a insuficiência de técnicos de TI no quadro de servidores do Tribunal e a crescente demanda aos serviços da área.

1

Prioridades estabelecidas

- Evoluir na adoção de práticas de governança de TIC.



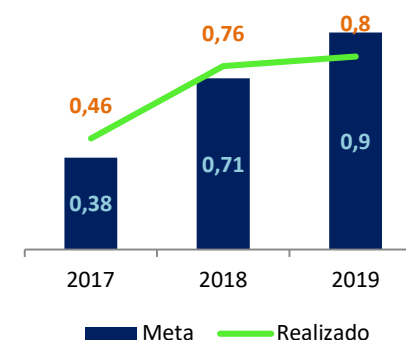
Resultados alcançados

- Evolução de 0,04 pontos no Questionário IGovTIC-JUD
- Alcance do melhor nível de maturidade em governança de TIC (nível aprimorado) dentre os TREs de grande porte
- Revisão das instâncias internas de Governança de TIC (Resolução Administrativa n.º 29/2019)
- Edição de 3 normativos relacionados à Segurança da Informação.

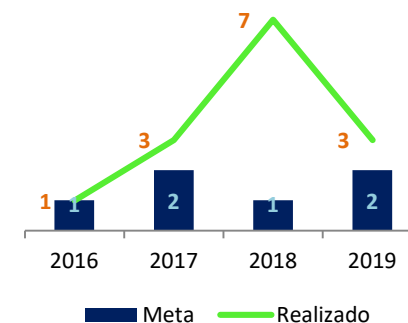
Macroprocesso associado na cadeia de valor

Planejamento e Gestão Institucional

i27 – Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA



i28 – Número de normas de segurança da informação instituídas



O objetivo em foco está associado ao projeto:

Em 2019, não houve projeto estratégico específico relacionado ao objetivo em andamento, apesar de elaboração e execução de plano de ação para melhorar o desempenho do órgão no IGovTIC-JUD.

Desafios futuros

- Avaliar a pertinência da manutenção das metas do indicador para os próximos anos do ciclo
- Evoluir a governança de TIC do órgão
- Evoluir a maturidade institucional em segurança da informação.

Promover a melhoria dos serviços de TIC



Problemas a serem tratados

- Dificuldade no entendimento dos fluxos dos processos de trabalho, ante às especificidades técnicas
- Grande demanda não atendida por sistemas informatizados.

1

Prioridades estabelecidas

- Otimizar processos internos de TIC
- Instaurar demandas de sistemas com escopo, fluxo de processos e requisitos básicos iniciais
- Definir prioridades de desenvolvimento de sistemas.



Resultados alcançados

- Aprovação de 89,7% dos usuários internos de TIC que responderam à pesquisa de satisfação
- Implantação de novo parque computacional nas zonas eleitorais
- 13 soluções informatizadas desenvolvidas/aperfeiçoadas no período
- Aquisição de solução de tecnologia hiperconvergente, composta por equipamentos de comunicação de dados, armazenamento e processamento de alto desempenho.

Justificativas para os resultados

O indicador associado ao objetivo estratégico em questão foi medido pela segunda vez no ciclo do PEI, tendo em vista a publicação do Caderno de Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI) em 2018, e teve sua meta revista no exercício. O resultado superou a meta estabelecida em 2,5%, especialmente pelos desempenhos relacionados a execução e aderência orçamentária em TIC, gerenciamento de riscos, aderência ao PLANCONT TIC e ao PAC de TIC; e evolução em governança de TIC. Não obstante, considerando que 2 indicadores do PETI não puderam ser mensurados por mais um ano, assim como considerando outros aspectos, revela-se necessário revisar o Caderno, o que já foi iniciado em 2019. Merecem destaque ainda

- o início dos trabalhos da contratação relacionada à fábrica de software
- Definição de que o mapeamento dos processos de trabalho é pré-requisito para a solicitação de sistemas para atendê-los
- Insuficiência do quadro de servidores para desenvolvimento de sistemas informatizados
- Substituição de todo o parque computacional no 1º Grau, inclusive com a disponibilização de segundo monitor (facilitar uso do PJe).

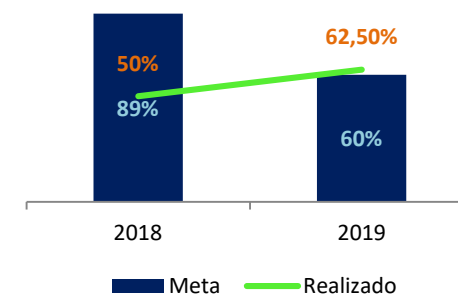
Macroprocessos associados na cadeia de valor

Planejamento e Gestão Institucional

Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

Indicadores de desempenho:

i29 – Taxa de cumprimento das metas do PETI



Desafios futuros

- Implantar o projeto "Residência de TI"
- Revisar Caderno de Indicadores do PETI
- Aperfeiçoar os processos de trabalho relacionados à área de Tecnologia da Informação.

6. CONCLUSÃO

Como se pôde notar, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia obteve destacado desempenho estratégico em 2019. Expressivos resultados foram entregues à sociedade, inclusive quando não foi possível alcançar as metas internas propostas, o que demonstra adequado emprego de esforços diante das prioridades definidas.

Percebe-se importante evolução ao longo dos anos do ciclo 2016-2021, o que denota que a Estratégia vem funcionando e servindo para assegurar a missão institucional do TRE-BA de “Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia”, bem assim para alcançar sua visão de futuro: “Ser reconhecido como uma instituição pública independente e imparcial, referência na prestação de serviços e na conscientização para a cidadania”.